

INTRODUÇÃO

Paulo Nossa

Universidade de Coimbra, CEGOT (Portugal)
Faculdade de Letras, Departamento de Geografia e Turismo
ORCID: 0000-0001-5000-8754 paulonnossa@gmail.com

Bráulio Sousa

Universidade do Porto, Tech4EduSim/ RISE- Health (Portugal)
Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da
UEFISM - Unidade de Ensino, Formação e Investigação da Saúde Militar, Coimbra
ORCID: 0000-0002-3991-717X cbsousa@gmail.com

A temática do risco em saúde tem vindo a adquirir crescente centralidade nas agendas científicas, políticas e operacionais, refletindo a complexidade dos desafios que se colocam à proteção das populações num mundo marcado por incertezas, múltiplas vulnerabilidades e eventos extremos (WHO, 2023; DGS, 2021; EEA, 2025). A intensificação de fenómenos como pandemias, alterações climáticas, desastres naturais, degradação ambiental, violência laboral e acidentes tecnológicos exige uma abordagem multidisciplinar, transversal e profundamente articulada entre os setores da saúde, segurança e proteção civil. Simultaneamente, os processos de adaptação devem incluir medidas específicas, como a melhoria das normas de habitação, o subsídio de tecnologias de poupança de água e a proteção dos trabalhadores em contextos laborais de maior exposição.

"A complexidade dos problemas de saúde e seus determinantes, e suas dinâmicas de interpenetração e dependência exigem que passemos de abordagens uni ou bidimensionais dos mesmos para abordagens multidimensionais, quer na sua leitura ou análise, quer no desenho das respetivas estratégias de intervenção. Isso aplica-se, nomeadamente, às doenças transmissíveis e não transmissíveis, que exigem uma abordagem cada vez mais interdependente e integrada, como a pandemia de COVID-19 veio demonstrar, algo que, aliás, já se sabia em relação aos países de baixo rendimento, colocando em causa o próprio conceito de transição epidemiológica"

(PNS 2021-2023: 36).

Esta coletânea de estudos insere-se nesse contexto, propondo uma leitura abrangente e crítica sobre as relações entre riscos e saúde, cruzando diferentes contextos territoriais, institucionais e temáticos. O seu objetivo é duplo: por um lado, contribuir para o avanço do conhecimento técnico-científico nesta área; por outro, oferecer ferramentas práticas de apoio à decisão e à implementação de medidas de prevenção e resposta.

A conceção moderna de risco não se resume à noção de ameaça ou perigo. Assenta, antes, na interação entre perigos (*hazards*), exposição e vulnerabilidade, tal como definido por entidades como o IPCC (2022) e a UNDRR (2015). No setor da saúde, o risco adquire contornos específicos, dada a centralidade do fator humano, das infraestruturas críticas e dos serviços essenciais, sendo ainda agravado por desigualdades sociais, vulnerabilidades estruturais e falhas de governança. Sem deixar de salientar o impacto do ambiente geopolítico hiperdinâmico e incerto que se vive neste primeiro quarto do século XXI, como fator de exponeciação desse risco num setor tão central para a humanidade.

Nos últimos anos, a pandemia de COVID-19 veio acentuar a necessidade de revisitar os modelos de risco e reforçar os sistemas de saúde e emergência com estratégias mais robustas, flexíveis e participativas (Kickbusch *et al.*, 2021). Simultaneamente, a emergência climática tem vindo a colocar pressão adicional sobre os determinantes ambientais da saúde, tornando visível a ligação entre poluição atmosférica, doenças respiratórias, stress térmico e surtos epidémicos (Romanello *et al.*, 2021). Importa, pois, compreender e assumir que os grupos vulneráveis (idosos, crianças, agregados familiares com baixos rendimentos, pessoas com deficiência) são desproporcionadamente afetados pelas alterações climáticas e, muitas vezes, não beneficiam equitativamente das respostas de adaptação (EEA, 2025:6). Por outro lado, é cada vez mais evidente a necessidade de se construírem coletivamente estratégias de envolvimento precoce, envolvendo autoridades subnacionais e grupos vulneráveis, observados como contribuintes ativos dos processos de planeamento da adaptação (EEA, 2025: 16).

A literatura científica reconhece que a gestão do risco exige, além da infraestrutura normativa, uma forte dimensão organizacional e cultural. Instrumentos como os Planos de Emergência Internos (PEI) e os Planos de

Emergência Setoriais (PES) — tal como previstos no Regime Jurídico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios (RJ-SCIE, Decreto-Lei n.º 220/2008) — são elementos chave na estruturação da resposta institucional a emergências, sobretudo em espaços críticos como hospitais, centros de saúde ou estruturas residenciais para pessoas idosas (ANEPC, 2023).

Esta coletânea, numa dimensão multiescalar, incorpora contributos de académicos e profissionais de Portugal, Brasil, Moçambique, Chile, México e outros países, promovendo uma perspetiva internacional e comparativa. A diversidade dos capítulos aqui reunidos permite compreender de forma integrada os múltiplos níveis de risco: desde os microcontextos institucionais — como os serviços hospitalares e a atuação dos bombeiros — até aos macroprocessos sociais e ambientais que influenciam a saúde coletiva.

Preende-se que esta obra sirva como referência para diferentes públicos: investigadores, técnicos de proteção civil, gestores hospitalares, profissionais de saúde pública, decisores políticos e estudantes. Ao fornecer uma base sólida de conhecimento empírico e conceptual, esta coletânea procura reforçar a capacidade técnica e organizacional de instituições públicas e privadas no planeamento, prevenção e resposta a situações de risco que impactam a saúde e a segurança coletiva.

Reiteramos a necessidade de consolidar uma cultura institucional de gestão do risco, assente na integração do conhecimento científico, na articulação intersectorial e na formação contínua. A saúde, enquanto bem coletivo e direito fundamental, exige políticas e práticas sustentadas, informadas e preparadas para enfrentar a incerteza com competência e responsabilidade.

Referências bibliográficas

- ANEP – AUTORIDADE NACIONAL DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL (2023). *Notas Técnicas e Regime Jurídico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios*. Lisboa: ANEP.
- Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro. Regime Jurídico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios (RJ-SCIE).
- DGS - DIREÇÃO-GERAL DA SAÚDE (2021). *Plano Nacional de Saúde 2021-2030*. Saúde Sustentável: de tod@s para tod@s.
URL: https://pns.dgs.pt/files/2022/03/PNS-21-30_Versao-editada-1_Final_DGS.pdf
- EEA - EUROPEAN ENVIRONMENT AGENCY (2025). *Social fairness in preparing for climate change: how just resilience can benefit communities across Europe. Report 04*. URL: <https://www.eea.europa.eu/en/analysis/publications/social-fairness-in-preparing-for-climate-change-how-resilience-can-benefit-communities-across-europe>
- IPCC - INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (2022). *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change* (2022). [H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, M. Tignor, E.S. Poloczanska, K. Mintenbeck, A. Alegria, M. Craig, S. Langsdorf, S. Löschke, V. Möller, A. Okem, B. Rama (eds.)]. Cambridge University Press. Cambridge University Press, Cambridge, UK and New York, NY, USA, 3056 p.
DOI: <https://doi.org/10.1017/9781009325844>
- Kickbusch, I., Leung, G. M., Bhutta, Z. A., Matsoso, P., & Ihekweazu, C. (2021). COVID-19: how a virus is turning the world upside down. *BMJ*, 373, n1283.
DOI: <https://doi.org/10.1136/bmj.n1283>
- Romanello, M., McGushin, A., Di Napoli, C., Drummond, P., Hughes, N., Jamart, L., ... & Hamilton, I. (2021). The 2021 report of the Lancet Countdown on health and climate change: code red for a healthy future. *The Lancet*, 398(10311), 1619–1662.
DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(21\)01787-6](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(21)01787-6)
- UNDRR – UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION (2015). *Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015–2030*. Geneva: United Nations.
- WHO - World Health Organization (2023). *Global Patient Safety Action Plan 2021–2023*. Geneva: World Health Organization.